



CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PRAÇA DA REPÚBLICA, 53 – CENTRO/SP - CEP: 01045-903
FONE: 2075-4500

PROCESSO CEE	227/2016		
INTERESSADA	Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba		
ASSUNTO	Aprovação do Projeto do Curso de Direito		
RELATOR	Cons. Francisco de Assis Carvalho Arten		
PARECER CEE	Nº 334/2017	CES	Aprovado em 05/7/2017

CONSELHO PLENO

1. RELATÓRIO

1.1 HISTÓRICO

O Diretor da Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba e o Presidente da Fundação Educacional Araçatuba, mantenedora daquela Instituição de Ensino, encaminham a este Conselho pelo Ofício nº 039/2016 – FAC-FEA, protocolado em 14/10/2016, para apreciação, o Projeto do Curso de Graduação em Direito (fls. 05).

Nos termos do disposto no art. 37 da Deliberação CEE nº 142/2016, uma via da presente solicitação foi encaminhada ao Conselho Federal da OAB, para atendimento à Lei 8.906/94, cujo Parecer subsidia, sem vincular, o voto do Conselheiro Relator do CEE. Decorridos os 120 dias de prazo e não sendo encaminhada resposta do Conselho Federal, deu-se prosseguimento ao trâmite dos autos.

O Processo foi baixado em diligência para que a IES adequasse sua solicitação à Deliberação CEE nº 142/2016 (Anexo 4), revisse a soma da carga horária total do Curso e esclarecesse a quantidade de vagas. A Instituição atendeu ao solicitado, conforme fls. 09.

Os Especialistas Profs. Drs. Chade Rezek Neto e Marco Aurélio Gumieri Valério foram designados para emitir Relatório circunstanciado sobre o Curso em pauta – fls. 27.

Novamente, por meio do Ofício AT nº 77/2017, os autos foram baixados em diligência, para que a IES revisse a bibliografia e carga horária de algumas disciplinas e informasse o tempo para integralização do Curso e a Instituição atendeu conforme fls. 75.

1.2 APRECIÇÃO

A matéria sobre autorização de novos cursos oferecidos por Instituições de Ensino Superior do Sistema Estadual de Ensino de São Paulo está normatizada na Deliberação CEE nº 142/2016, cujo art. 30 estabelece:

Art. 30 - A solicitação de aprovação do projeto deverá estar acompanhada da documentação do Anexo 4 desta Deliberação.

Nos termos da norma em epígrafe, constam do CD ROM encaminhado, as seguintes informações:

O responsável pelo Projeto, durante a tramitação do mesmo, é o Prof. Marcelo Pereira Longo, Doutor em Direito (fls. 09).

I - DA INSTITUIÇÃO DE ENSINO (alíneas a, b, c)

a) Caracterização da Infraestrutura Física a ser Utilizada pelo Curso

A Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba localiza-se na Rua Maurício de Nassau, n.º 1191, no Bairro Santana, a cerca de 1,5 km do centro da cidade. O mapa com a localização do *campus* consta às fls. 04 do arquivo contido no CD ROM.

O *campus*, denominado *Campus Santana*, dividido em 7 prédios, com estrutura adaptada a portadores de necessidades especiais, conforme Lei n.º 10.098, de 19/12/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Prédio 1 – Nesse prédio há um total dez salas, que atendem aos cursos de graduação e à administração, além de sanitários masculino e feminino.

- Sala 1 – Auditório – 100 lugares, equipado com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 2 – Sala de aula – 40 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 3 – Sala de aula – 50 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 4 – Sala de aula – 50 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 5 – Sala de aula – 50 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 6 – Sala de aula – 40 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala de Reunião – com mesa para 15 lugares, ar condicionado e telefonia;
- Sala dos Equipamentos – climatizada e com as instalações dos servidores da faculdade;
- Sala das Assessorias Jurídica, Contábil e Diretoria Executiva – climatizada, com três computadores, impressoras, mesas e cadeiras de escritório para trabalho; e
- Sala da Presidência do Conselho de Curadores – climatizada e equipada com mesa, cadeira e microcomputador.

Prédio 2 - No prédio 2 há nove salas de aula, sanitários masculino e feminino, e um laboratório de informática.

- Sala 7 – Sala de aula – 80 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 8 – Sala de aula – 70 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 9 – Sala de aula – 35 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 10 – Sala de aula – 35 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 11 – Sala de aula – 80 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 12 – Sala de aula – 70 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 13 – Sala de aula – 70 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 14 – Sala de aula – 35 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada;
- Sala 15 – Sala de aula – 50 lugares, equipada com data *show*, sistema de som e climatizada; e
- Laboratório de Informática construído com balcão de alvenaria, equipado com 42 máquinas completas (torre, monitor, teclado e mouse), sendo duas para uso dos funcionários do laboratório e 40 à disposição dos alunos.

Prédio 3 - No prédio 3 há a Secretaria da Mantenedora, Secretaria Pedagógica, um laboratório de pedagogia (brinquedoteca), almoxarifado e uma sala de aula.

Prédio 4 – No prédio 4 há a Clínica de Psicologia, a Sala da Direção Pedagógica, as Salas de Coordenação e a Sala dos Professores.

Prédio 5 - Biblioteca totalmente equipada, contando ainda com sala de inclusão completamente adaptada às necessidades audiovisuais e físicas, computadores para acesso livre dos alunos (10 equipamentos completos), estantes, guarda-volumes, sala de estudos, poltronas e expositores, além de acervo completo de periódicos e livros que atendem toda a comunidade acadêmica e a comunidade local.

Prédio 6 - Cantina equipada para serviço de lanches rápidos, funcionando nos períodos diurno e noturno para atendimento de alunos e funcionários.

Prédio 7 – No prédio 7 há a sala de reprografia, a cozinha, sala de descanso e o Núcleo de Prática Jurídica, composto por sala de espera, secretaria e duas salas de atendimento.

De fls. 08 a 14 do Projeto Pedagógico do CD ROM constam fotos ilustrativas do *campus* e das dependências da Faculdade.

b) Descrição da biblioteca quanto a instalações físicas, recursos de informática, número de livros e periódicos do acervo total e da área de conhecimento no qual será oferecido o curso.

A Biblioteca “Dr. Areobaldo Lima” possui uma área física de 265 m², totalmente climatizada, distribuída entre sala de estudos com 2 salas de estudo em grupo, área do acervo e setores administrativos, possuindo mais de 100 assentos e 10 mesas. O acervo é de livre acesso, o leitor pode solicitar o livro ao funcionário ou retirá-lo pessoalmente após efetuar a busca no sistema. Funciona de segunda a sexta-feira, das 08h às 22h e aos sábados, das 12h às 16h.

A equipe de trabalho da Biblioteca possui a seguinte composição: 01 Responsável técnico, 01 Auxiliar administrativo e 01 Estagiário.

Política de atualização e expansão do acervo

A Fundação Educacional Araçatuba dispõe de programa anual de aquisição de material bibliográfico, a partir de dotação orçamentária, destinada para essa finalidade, com o propósito de assegurar o apoio necessário à pesquisa e ao ensino na Instituição. A aquisição deverá ser realizada semestralmente ou quando se fizer necessária a atualização do acervo, mediante indicação de professores e coordenadores ou indicação de títulos de grande demanda levantada pela Biblioteca.

Informatização

O sistema utilizado é próprio, permitindo a busca por título, autor e assunto. Os periódicos também estão nesse sistema. A Biblioteca possui uma página própria no *site* da Faculdade (www.feata.edu.br/biblioteca.htm) e o acervo pode ser consultado via Intranet (http://192.168.0.2/login_auto.php) e Internet (http://200.158.71.209/login_auto.php).

Os alunos dispõem de 10 computadores dentro da Biblioteca, 24 terminais cabeados (*keystones*), e de acesso à internet sem fio (*FEA Wireless*), podendo utilizar seus *notebooks* e *tablets* nas dependências da Biblioteca. Possui ainda 03 computadores disponíveis ao processamento técnico de uso exclusivo dos funcionários e 01 terminal de consulta do acervo.

Endereços referentes à Biblioteca na Internet

- Dados gerais - www.feata.edu.br/biblioteca.htm
- Acervo - www.feata.edu.br/biblioteca_acervo.htm

- Regulamento - http://www.feata.edu.br/biblioteca_regulamento.htm
- Redes Sociais - www.facebook.com/BibliotecaFacFea.

Serviços oferecidos

- consulta ao acervo – é permitida ao público em geral. As estantes e os computadores para pesquisa estão acessíveis para todas as pessoas que frequentam a Biblioteca;
- empréstimos domiciliares/devoluções e renovações – permitido aos usuários cadastrados, que não estejam em débito com a Biblioteca;
- orientação à pesquisa;
- orientação para normalização de trabalhos – consulta local e on-line das Diretrizes para Apresentação de Trabalhos Acadêmico-Científicos da Faculdade, e consulta local das normas da ABNT;
- empréstimo especial – se aplica aos materiais que não estão disponíveis para empréstimo domiciliar (obras de referência, reserva, consulta local). Efetuado mediante autorização do responsável pela Biblioteca, no momento da solicitação;
- reserva de material bibliográfico;
- catalogação na fonte (Ficha catalográfica) – elaborada através das informações enviadas a respeito do trabalho acadêmico;
- venda de Publicações - Revistas Científicas publicadas pela FAC-FEA;
- levantamento bibliográfico - realizado nas bases de dados do acervo da Biblioteca, a pedido do usuário;
- pesquisa em Base de Dados (*CAPES* acesso livre; *Scielo*; *Portal Domínio Público* e *Latindex*);
- empréstimo entre bibliotecas;
- comutação bibliográfica - serviço disponível para localização e obtenção de cópias de documentos técnico-científicos, publicados em revistas, teses, dissertações, anais de congressos existentes no acervo das principais bibliotecas do país. A solicitação poderá ser feita por qualquer usuário cadastrado no programa, diretamente no site do IBICT ou através da Biblioteca;
- sala de inclusão, é ambiente que oferece equipamentos de acessibilidade às pessoas com deficiência visual, seja ela parcial (baixa acuidade visual) ou total. Os equipamentos são: computador com software de leitura, para acesso ao conteúdo do que está disponibilizado na tela e scanner leitor para acesso ao conteúdo de qualquer obra impressa do acervo. A sala também dispõe de lupa eletrônica virtual (software para acesso ao conteúdo digital) e real (prancha com câmera acoplada para ampliação de obras impressas), além de fone de ouvido.

Para ampliar a oferta de produtos e serviços, a Biblioteca ainda disponibiliza uma série de audiolivros (*MP3* e formato *DAISY*) e publicações em Braille, incluindo obras das mais diversas áreas do conhecimento produzidas e fornecidas por instituições parceiras como o *Instituto Benjamin Constant* do Rio de Janeiro e a *Fundação Dorina Nowill* de São Paulo, que além dos materiais impressos e em diversos formatos, disponibiliza acesso também a *DORINATECA - Biblioteca Digital Dorina Nowill* com mais de 4.000 títulos.

Acervo Global - Áreas de Conhecimento (conforme Tabela CAPES/CNPq)

Livros (Área)	Nº de Títulos	Nº de Exemplares
Ciências Agrárias	19	23
Ciências Biológicas	99	301
Ciências da Saúde	159	365

Ciências Exatas e da Terra	200	452
Ciências Humanas	3.113	7.746
Ciências Sociais Aplicadas	3.433	7.440
Conhecimentos Gerais	4	26
Engenharias	25	27
Linguística, Letras e Artes	940	1.416
Total Classificado	7.992	17.796
Outros Materiais		
Videoteca (VHS)	113	113
Multimídia (CDs/DVDs)	213	360
Periódicos	603	8.441
TCCs, Teses e Dissertações	740	751
Material Especial (Braille/Material Dourado)	54	127
Total Classificado	1.723	9.792
Total Geral/Acervo Classificado	9.715	27.588

Assunto	Títulos	Exemplares
Metodologia Científica	60	222
Filosofia	104	278
Sociologia/Antropologia	410	869
Ciências Políticas	254	410
Economia/Trabalho/Profissão	602	1185
Economia Internacional	88	202
Direito	381	846
Adm. / Financeira / Políticas Públicas	90	165
Saúde Mental/ Violência/ Criminologia/ Prev. Social	84	139
Linguística	154	331
Estatística	42	154
Contabilidade	38	93
Administração	174	386
Recursos Humanos	73	216
Total Classificado	2.554	5.496

Fotos ilustrativas da biblioteca, das salas de estudo, da estrutura de internet cabeada e *wireless* constam de fls. 20 a 24 do CD ROM.

c) plano de carreira instituído e outros regimes de trabalho e remuneração do corpo docente

A Lei Complementar n.º 152/2004 regulamenta o plano de carreira do corpo docente cujo texto, na íntegra, consta do CD ROM de fls. 25 a 32.

II – DO PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO

a) objetivos gerais do curso

O Curso de Direito tem como concepção a formação de um Bacharel que tenha como compromisso a missão de diminuir o distanciamento entre a área Jurídica e a realidade social na qual está inserido. Esse pleno contato levará o estudante a valorizar os fenômenos jurídicos e sociais a partir de uma postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade e a aptidão para uma postura autônoma e dinâmica indispensável ao exercício da ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.

Os princípios que buscam atender a necessidade de um acadêmico que interprete e valorize os fenômenos jurídicos e sociais desenvolvendo uma postura reflexiva, crítica e contextualizada indispensável para a prestação da justiça e o desenvolvimento da cidadania, partindo da interdisciplinaridade implícita no estudo do direito, são os que seguem:

- propiciar que o acadêmico leia, compreenda e elabore textos, atos e documentos jurídicos ou normativos, com a devida utilização das normas técnico-jurídicas;
- desenvolver posturas éticas e críticas que ofereçam aos acadêmicos do Curso de Direito chances de trabalhar, interagindo como sujeitos conscientes do seu papel na construção da cidadania;
- propiciar o domínio de tecnologia e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito;
- articular o ensino, a pesquisa e a extensão às demandas sociais;
- estimular uma postura adequada de atuação técnico-jurídica, em diferentes instâncias, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos;
- instrumentalizar o egresso para a utilização de raciocínio jurídico, de argumentação, de persuasão e de reflexão crítica;
- viabilizar a pesquisa e utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito;
- proporcionar a interpretação e aplicação do Direito;
- incentivar o intercâmbio de experiências com outros Cursos e Instituições, bem como a participação dos alunos e professores em eventos científicos, culturais e educacionais.

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito, inserido em uma Instituição com o perfil comunitário e laico, tem a possibilidade de se amoldar à dinâmica social de modo mais condescendente, pois prega desde a sua concepção uma compreensão social liberta das amarras daqueles com perfis empresariais e confessionais.

Os princípios apresentados estão vinculados entre si e demonstram a pretensão de um objetivo específico que é o de buscar uma compreensão da vida por intermédio do Direito, comprometida com o respeito e a consecução dos valores democráticos humanitários consignados no texto constitucional de 1988.

b) perfil do profissional a ser formado

Diante da necessidade de uma maior integração dos sistemas jurídico e social, o Direito precisa recolocar seus desafios neste novo século, a fim de superar uma tradição formalista que valoriza em demasia a dogmática jurídica e deixando para um plano secundário do eixo de formação propedêutico/principiológico, evitando assim a perpetuação da crise jurídico-política vivenciada.

Os egressos estarão aptos ao exercício das profissões jurídicas clássicas, como advocacia, magistratura, ministério público, defensoria pública, com uma compreensão alicerçada em princípios constitucionais que são norteadores nas disciplinas de formação básica, permitindo uma maior autonomia técnica enquanto resultado de uma formação inicial crítico-reflexiva e humanista.

A formação do egresso está alicerçada tanto na compreensão interdisciplinar de disciplinas de formação básica/introdutória e principiológica, como em um Direito que compreenda a lógica social dos meios alternativos de solução de conflitos.

Com base em tais posturas e no potencial do mercado de trabalho, o Curso de Direito propõe-se a formar um profissional capaz de:

- ler, compreender e elaborar peças processuais, atos e documentos oficiais usando, além das normas técnico-jurídicas, a correta terminologia da Ciência do Direito;
- utilizar o raciocínio jurídico, a argumentação, a persuasão e a reflexão crítica em sua atuação profissional para atuar no processo judicial e administrativo, no decidir judicialmente e administrativamente;

- internalizar uma compreensão de Direito preventivo, dando ênfase a uma prática jurídica pacificadora, que surge da compreensão do meio social inserido, dos costumes e das práticas que geram tensão social;
- dominar as Tecnologias da Informação (TIs) aplicadas ao Direito e a língua portuguesa, sob o enfoque da linguagem jurídica;
- promover a hermenêutica jurídica por meio da pesquisa, utilizando da legislação, da jurisprudência, da doutrina e outras fontes do direito;
- conviver nas comunidades das quais venha a fazer parte profissionalmente, segundo os princípios da moral e da ética enquanto agente de transformação;
- exercer qualquer profissão vinculada à área do Direito com competência técnica e respeito aos ditames éticos gerais e específicos (EOAB, lei 8906/94), pautando sempre pelo respeito à dignidade da vida humana;
- compreender o ambiente em que se insere de modo biocêntrico, rompendo, assim, com uma ultrapassada visão antropocêntrica.

c) descrição do currículo pleno oferecido, com ementário das disciplinas/atividades e bibliografias básicas que explicitem a adequação da organização pedagógica ao perfil profissional definido.

Disciplinas	C/H
1º Semestre	
Teoria Geral do Direito Privado	36 h
Antropologia Jurídica	36 h
Linguagem Jurídica I	36 h
Teoria Geral do Estado I	36 h
Evolução das Ideias Políticas e Sociais I	36 h
História do Direito	36 h
Introdução ao Estudo do Direito I	36 h
Sociologia Geral	36 h
Psicologia Jurídica	36 h
Métodos e Técnicas de Pesquisa I	36 h
Atividade Complementar	50 h
Total do Semestre	410 h
2º Semestre	
Direito Civil I	36 h
Filosofia Geral e Jurídica	72 h
Linguagem Jurídica II	36 h
Teoria Geral do Estado II	36 h
Evolução das Ideias Políticas e Sociais II	36 h
Economia I	36 h
Introdução ao Direito II	36 h
Sociologia Jurídica	36 h
Métodos e Técnicas de Pesquisa II	36 h
Atividade Complementar	50 h
Total do Semestre	410 h
3º Semestre	
Direito Constitucional I	36 h
Direito Penal I	36 h
Direito do Trabalho I	36 h
Direito Civil II	72 h
Direito Comercial I	36 h
Contabilidade Aplicada ao Direito	36 h
Teoria Geral Do Processo	36 h

Economia II	36 h
Administração Aplicada ao Direito	36 h
Atividades Complementares	50 h
Total do Semestre	410 h
4º Semestre	
Direito Constitucional II	36 h
Direito Penal II	36 h
Direito do Trabalho II	36 h
Direito Civil III	36 h
Direito Comercial II	36 h
Direito Processual Civil I	72 h
Direitos Humanos	36 h
Direito do Consumidor	36 h
Direito Ambiental	36 h
Atividade Complementar	50 h
Total do Semestre	410 h
5º Semestre	
Ética Profissional I	36 h
Direito Constitucional III	36 h
Direito Penal III	36 h
Direito do Trabalho III	36 h
Direito Civil IV	36 h
Direito Comercial III	36 h
Direito Processual Civil II	72 h
Direito Processual Penal I	72 h
Total do Semestre	360 h
6º Semestre	
Ética Profissional II	36 h
Direito Constitucional IV	36 h
Direito Penal IV	36 h
Direito do Trabalho IV	36 h
Direito Civil V	36 h
Direito Comercial IV	36 h
Direito Processual Civil III	72 h
Direito Processual Penal II	72 h
Total do Semestre	360 h
7º Semestre	
Direito Econômico I	36 h
Direito Constitucional V	36 h
Direito Processual do Trabalho I	36 h
Direito Agrário I	36 h
Direito Civil VI	36 h
Direito Processual Civil IV	72 h
Direito Processual Penal III	36 h
Direito Administrativo I	72 h
Prática Jurídica Simulada I	72 h
Total do Semestre	432 h
8º Semestre	
Direito Econômico II	36 h
Direito Constitucional VI	36 h
Direito Processual Do Trabalho II	36 h
Direito Agrário II	36 h
Direito Civil VII	72 h
Direito Processual Civil V	72 h
Direito Administrativo II	72 h

Prática Jurídica Simulada II	72 h
Projetos de Monografia Jurídica	36 h
Total do Semestre	468 h
9º Semestre	
Orientação de Monografia I	36 h
Direito Civil VIII	72 h
Direito Tributário I	72 h
Estatística Aplicada ao Direito (Jurimetria)	36 h
Direito Previdenciário I	36 h
Direito Internacional Público	36 h
Estudos de Casos Direito Privado	72 h
Prática Jurídica Real/Estágio Supervisionado I	72 h
Total do Semestre	432 h
10º Semestre	
Orientação de Monografia II	36 h
Direito Civil IX	72 h
Direito Tributário II	72 h
Direito Previdenciário II	36 h
Direito Internacional Privado	36 h
Estudos de Casos Direito Público	72 h
Prática Jurídica Real/Estágio Supervisionado II	72 h
Total do Semestre	396 h

Resumo da carga horária

Modalidade	C/H
Disciplinas Teóricas	3.564 h
Disciplinas Práticas Simuladas, Reais e Estágio Supervisionado	216 h
Atividades Complementares	200 h
Monografia Jurídica	108 h
Total	4.088 h

A duração da hora-aula do Curso de Direito será de 60 minutos.

A carga horária do Curso obedece à:

- Resolução CNE/CES nº 2, de 18/06/2007, que *dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos à integralização e duração dos cursos de graduação, bacharelados, na modalidade presencial*, prevendo para o Curso, em pauta, um mínimo de 3.700 horas;
- Resolução CNE/CES nº 3, de 02/07/2007, que *dispõe sobre o conceito de hora-aula*.

As ementas e bibliografias das disciplinas do Curso constam do CD ROM encaminhado, de fls. 43 a 109.

d) número de vagas iniciais e turnos de funcionamento.

Serão oferecidas 50 vagas anuais no período da manhã e 50 vagas anuais no período da noite.

O tempo para integralização do Curso será de no mínimo 05 e no máximo 07 anos.

Horários de funcionamento - manhã, das 7h às 11h40min e noite, das 18h40min às 23h, de segunda a sexta feira.

e) relação dos docentes já disponíveis para o curso

Consta a seguir, o quadro dos Professores que irão lecionar nos quatro primeiros semestres do Curso, vez que os restantes participarão de Concurso Público para provimento de vagas.

Professores	Titulação	Disciplinas	Regime de Trabalho
1. Marcelo Pereira Longo	Doutor em Direito – PUC/SP	Teoria Geral do Direito Privado Direito Civil I	Parcial
2. Pascoal Manfredi Neto	Mestre em Ciências Sociais - USP	Antropologia Jurídica Sociologia Jurídica	Integral
3. Talita Barizon Poço	Mestre em Linguística - UFSCar	Linguagem Jurídica I Linguagem Jurídica II	Horista
4. Caricielli Maisa Longo	Mestre em Direito – Centro Univers. Toledo/Araçatuba	Teoria Geral do Estado I Teoria Geral do Estado II	Horista
5. Maria Noemi Gonçalves do Prado Manfredi	Doutor em Educação PUC/SP	Evolução das Ideias Políticas e Sociais I Evolução das Ideias Políticas e Sociais II	Parcial
6. Washington Cesar Shoiti Nozu	Doutor em Educação – Universidade Federal da Grande Dourados	História do Direito Filosofia Geral e Jurídica	Horista
7. Osvaldo Alves de Castro Filho	Doutor em Direito – USP	Introdução ao Direito I Introdução ao Direito II	Horista
8. Vera Maria Neves Smolentzov	Doutor em Ciências Sociais – PUC/SP	Sociologia Geral	Parcial
9. Sandra Lourenço Corrêa	Mestre em Psicologia – USP/Ribeirão Preto	Psicologia Jurídica	Parcial
10. Airton Cavazzana	Mestre em Educação – UNESP/Presidente Prudente	Métodos e Técnicas de Pesquisa I Métodos e Técnicas de Pesquisa II	Horista
11. Marco Aurélio Barbosa de Souza	Mestre em Economia – UNESP/Araraquara	Economia I	Parcial

Classificação dos docentes segundo a Deliberação CEE nº 145/2016

Titulação	Nº	Porcentagem
Mestres	06	55%
Doutores	05	45%
Total	11	100%

f) número de funcionários administrativos disponíveis para o curso.

A Instituição informa que os funcionários administrativos da IES atendem as necessidades do Curso no processo de implantação. Quando em funcionamento, será necessário a realização de concurso público para contratação de 02 (dois) servidores que atuarão no Núcleo de Prática Jurídica e junto à Coordenação.

g) termo de compromisso referente à instalação do curso:

1. plano de ampliação e atualização permanente do acervo de livros e de periódicos especializados na área de conhecimento do curso – fls. 10

a) para o funcionamento do primeiro e segundo semestre do Curso de Direito na FAC-FEA, serão feitas aquisições de periódicos e livros de formação específica, além de uma base de dados jurídicas;

- b) *já no início do Curso serão adquiridos a bibliografia do terceiro e quarto semestres, nas quantidades exigidas pela legislação. Este procedimento de aquisições será seguido ano a ano, até que esteja completa a bibliografia apresentada no Projeto Pedagógico do Curso;*
- c) *a biblioteca está plenamente adequada para atender os ingressantes nos quatro primeiros semestres do Curso, a partir de então, se necessário, será ampliada para manter o conforto necessário ao estudo dos acadêmicos e de atividades de ensino, pesquisa e extensão.*

2. novas edificações e instalações ou adaptações das existentes e descrição das serventias, quando necessárias - fls. 11

A Instituição afirma que *já possui modernas instalações, que foram dimensionadas para a implantação do novo curso.*

3. novos laboratórios e equipamentos ou ampliação dos existentes, quando necessários, destacando o número de computadores e formas de acesso a redes de informação – fls. 12

- a) *o Núcleo de Prática Jurídica já está adequado para atender sua demanda, destaca-se que o prédio a ser utilizado para as atividades de práticas tem entrada própria, necessitando de uma pequena reforma para ser visualizada externamente como um espaço de atendimento à população economicamente hipossuficiente;*
- b) *adquirir equipamentos necessários para o funcionamento do Núcleo de Prática jurídica e, para serem atendidas as práticas reais e simuladas, serão firmados convênios para dar fluxo contínuo ao funcionamento desta etapa de formação dos acadêmicos.*

4. ampliação do corpo docente e de funcionários quando necessário – fls. 13

- a) *a Instituição já tem em seu quadro o número de professores e funcionários para atender aos dois primeiros semestres de funcionamento. Uma vez aprovado o presente projeto, abriremos concurso público de provas e títulos para a contratação de professores para atuação nas disciplinas de formação da área do curso;*
- b) *será necessária a contratação de serventuário para atender nos laboratórios, especificamente no Núcleo de Práticas Jurídicas. Também será contratado serventuário para atender a coordenação do curso.*

5. recursos financeiros previstos – fls. 14

- a) *previsão no orçamento para o primeiro semestre letivo de 2017 da FAC-FEA um total de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais) a serem utilizados para a implantação do primeiro semestre do curso, com a possibilidade de aumentá-lo em até 20% do seu total;*
- b) *chegou-se a esse valor para compra de livros, periódicos e base de dados para o funcionamento do primeiro semestre e também para adequação física e material da sala do Núcleo de Práticas Jurídicas onde funcionará também a Coordenação do curso de Direito.*
- c) *para cada semestre letivo estarão previstos no orçamento da Instituição, investimento de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).*

Os Termos de Compromisso, acima especificados, constam do CD ROM, de fls. 116 a 120, e dos autos, de fls. 10 a 15, assinados pelo Diretor da Instituição, Prof. Me. Pascoal Manfredi Neto, e pelo Presidente do Conselho de Curadores da FEA, Dr. Sérgio Smolentzov.

Da Comissão de Especialistas – fls. 86-89

A Comissão de Especialistas analisou o Projeto do Curso e realizou os seguintes apontamentos:

- **Objetivos Gerais e Específicos do Curso e a área de atuação**

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da FAC-FEA está concebido para que os acadêmicos tenham acesso a metodologias pedagógicas que os façam compreender o universo jurídico à luz de uma perspectiva da realidade social em que está inserido.

(...)

Diante das propostas contidas nos objetivos, é possível visualizar um Projeto Pedagógico consistente, que atende adequadamente o compromisso de formar profissionais com habilidades técnicas para o desempenho de qualquer uma das profissões na área jurídica, com a devida compreensão de que o fenômeno jurídico não nasce descontextualizado da realidade social.

Esse pleno contato levará o estudante da FAC-FEA a valorizar os fenômenos jurídicos e sociais a partir de uma postura reflexiva e crítica que fomente a capacidade e a aptidão para uma postura autônoma e dinâmica indispensável ao exercício da ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania. Os objetivos estão adequados e atendem o compromisso da IES com a formação de alunos capazes de atuarem na sua área de formação.

- **Região em que o Curso será inserido**

Levando-se em conta todas as informações acerca da região onde está inserido o Curso proposto (...) há demanda para que o mesmo seja implantado, principalmente pelo seu perfil comunitário laico. Deve ser ressaltado que não há na região nenhuma oferta de curso de Direito por instituição pública.

- **Período, carga horária, tempo de integralização**

A proposta contida no Projeto Pedagógico do curso de direito da FAC FEA está de acordo com as diretrizes curriculares quanto ao período, carga horária, tempo de integralização; de trabalho de conclusão de curso; das atividades práticas; do estágio curricular e das atividades complementares.

- **Metodologias de Avaliação**

A IES possui em seu PDI regras de avaliações:

- a) para aprovação dos acadêmicos visando à progressão na estrutura curricular; conforme seu regimento interno.
- b) via sua CPA (comissão própria de avaliação) devidamente instituída pela IES, que desenvolve um programa de avaliação institucional interna que é realizado anualmente por meio de questionários escritos e eletrônicos, onde o corpo discente opina sobre as condições de ensino, de atendimento e de infraestrutura que lhe é disponibilizado e discutido e debatido posteriormente para as devidas providências.

- **Matriz Curricular / ementas e sequência das disciplinas**

a matriz curricular contempla as diretrizes nacionais para o curso contemplando as disciplinas dos eixos de formação fundamental, profissional e prática. Há uma sequência adequada e concatenada levando-se em conta a formação pretendida pelo projeto.

As bibliografias são atuais com doutrinas que são clássicas nas respectivas áreas de conhecimento jurídico e não jurídico.

O Projeto Pedagógico do Curso apresenta inovação ao incluir no seu rol disciplinas de Prática em Direito Privado e Prática em Direito Público, visando o estudo de casos reais e a simulação de casos jurídicos.

Visando aprimorar a pesquisa nos Cursos de Direito inclui-se a disciplina de Estatística Aplicada ao Direito (Jurimetria) visando formar um profissional com a plena compreensão da necessidade de ter acesso a dados estatísticos para compreender os problemas da aplicação da norma e de prestação jurisdicional.

- **Bibliografia Básica**

A bibliografia básica representa adequadamente a ordem pedagógica que se pretende com o Projeto Pedagógico do Curso como um todo, assim, por exemplo, a bibliografia de Economia está em sintonia com as habilidades que se pretende oferecer para o ingressante visando uma formação de base necessária para uma compreensão tanto do Direito Empresarial como do Direito Tributário.

A bibliografia das disciplinas de Sociologia, Filosofia e Antropologia contemplam a compreensão das relações sociais, no âmbito jurídico, tanto no Direito Civil como no Direito Constitucional.

O Direito Constitucional está estruturado de uma maneira em que os acadêmicos conseguem perceber os seus direitos perante as instâncias do Estado compreendendo a importância dos direitos fundamentais para uma vida social mais harmoniosa onde os conflitos sejam mitigados.

A disciplina de Direito Processual Civil e a disciplina de Práticas Jurídicas, que acontecem no Laboratório de Práticas apresenta um compromisso com os processos de solução alternativos de conflitos, privilegiando a compreensão da conciliação e da mediação.

As bibliografias básicas e complementares atendem adequadamente o entendimento das disciplinas teóricas e práticas elencadas no Projeto Pedagógico do Curso.

- **Estágio Curricular Supervisionado**

Os estágios curriculares supervisionados estão dentro das normas estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares Nacionais e sua legislação pertinente.

- **Corpo Docente**

O Projeto Pedagógico do Curso de Direito da IES, foi constituído com parte do corpo docente já concursado pela IES com aderência nas disciplinas que irá atuar. Cem por cento dos docentes tem qualificação em nível de mestrado e doutorado. Alguns possuem jornada parcial e integral de trabalho acadêmico e outros são horistas.

O Coordenador tem uma vasta experiência em função administrativa, tendo exercido a coordenação de cursos de Direito tanto em IES pública como particular.

- **Atividades Complementares**

Como atividades complementares e de extensão a FAC-FEA realiza vários eventos acadêmicos como a FEA LIVRE (12ª edição); FEA Fórum; Cine FEA; Encontro Regional de Iniciação Científica (8ª edição); Encontro Regional de Educação; Projeto Pé na escada; Projeto Precisa-se.

(...)

Também são desenvolvidos programas para fomentar o nivelamento educacional (matemática e comunicação expressão), assim como diversos cursos de extensão que funcionam aos sábados.

- **Corpo Técnico**

O Corpo técnico disponível para o curso, no mesmo diapasão do corpo docente, é estável e qualificado.

- **Convênios ou Parcerias**

A IES seguindo os princípios de sua missão, a partir de seus cursos, desenvolve parcerias e convênios com várias instituições da região como a Prefeitura de Araçatuba; a Santa Casa de Araçatuba que tem o status de hospital regional; o Fórum de Araçatuba para atendimento psicológico; ACREPON; Hospital Ritinha Prates, OAB/Araçatuba; Polícia Militar; Academia de Polícia do Estado de São Paulo; CRAS; etc.

2. CONCLUSÃO

2.1 Aprova-se o Projeto do Curso de Direito apresentado pela Faculdade da Fundação Educacional Araçatuba, com cinquenta vagas anuais para o período diurno e cinquenta vagas anuais para o período noturno.

2.2 Para a autorização de funcionamento do Curso, a Instituição deverá solicitar a este Conselho, no prazo de um ano, com possibilidade de prorrogação por igual período, a visita de Especialistas às suas instalações para a verificação do cumprimento dos Termos de Compromisso e para a elaboração de Relatório circunstanciado, nos termos da Deliberação CEE nº 142/2016, reiterando-se que até essa aprovação a Instituição não poderá realizar processo seletivo para o Curso citado.

2.3 A presente aprovação tornar-se-á efetiva por ato próprio deste Conselho, após homologação deste Parecer pela Secretaria de Estado da Educação.

São Paulo, 12 de junho de 2017.

a) Cons. Francisco de Assis Carvalho Arten
Relator

3. DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DE EDUCAÇÃO SUPERIOR adota, como seu Parecer, o Voto do Relator.

Presentes os Conselheiros Cleide Bauab Eid Bochixio, Décio Lencioni Machado, Francisco de Assis Carvalho Arten, Francisco José Carbonari, Guiomar Namó de Mello, Jacintho Del Vecchio Junior, Márcio Cardim e Rose Neubauer

São Paulo, 28 de junho de 2017.

a) Cons. Francisco José Carbonari
Presidente

DELIBERAÇÃO PLENÁRIA

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara de Educação Superior, nos termos do Voto do Relator.

Sala “Carlos Pasquale”, em 05 de julho de 2017.

Cons^a. Bernardete Angelina Gatti
Presidente

PARECER CEE Nº 334/17 – Publicado no DOE em 05/7/2017 - Seção I - Páginas 29/30
Res SEE de 10/07/17, public. em 11/07/17 - Seção I - Página 36
Portaria CEE GP nº 343/17, public. em 12/07/17 - Seção I - Página 34